

Em tempos sombrios, a produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avaliação da qualidade e impacto científico e social

In dark times, the Brazilian academic production on literacy: quality assessment and scientific and social impact

En tiempos oscuros, la producción académica brasileña sobre alfabetización: evaluación de la calidad e impacto científico y social

Maria do Rosario Mortatti*

Universidade Estadual Paulista [UNESP] – Campus de Marília – Bra.

RESUMO

Visando a contribuir para avaliação crítica da qualidade e do impacto científico e social da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização, problematiza-se a correlação entre teses/dissertações e artigos sobre o tema, em periódicos avaliados pela CAPES. Destacam-se os seguintes aspectos: apesar de avanços quantitativos, é ainda incipiente a circulação desse conhecimento como "produção qualificada"; apesar da relativa pluralidade de enfoques analíticos decorrentes da característica interdisciplinar do tema, vêm sendo reiterados objetos de estudo e resultados semelhantes, com dispersão do possível impacto social e científico; é necessária definição conjunta de ações para proposição de novos problemas e objetos, discussão de finalidades científicas e sociais, relação com agências financiadoras e políticas públicas, ampliação/fortalecimento de espaços de discussão, veículos e formas de divulgação do conhecimento sobre o tema.

Palavras-chave: Alfabetização no Brasil. Produção acadêmica. Impacto científico e social.

ABSTRACT

In order to contribute to the critical evaluation of the quality and the scientific and social impact of Brazilian academic production on literacy, the correlation among theses/dissertations and articles on the subject in journals evaluated by CAPES is discussed. The following aspects are highlighted: in spite of the quantitative advances, it is still incipient the circulation of this knowledge as "qualified production"; despite the relative plurality of analytical approaches deriving from the interdisciplinary characteristic of the theme, similar objects of study and results have been reiterated, dispersing their possible social and scientific impact; it is necessary to jointly define actions for critical evaluation, aiming to the formulation and proposition of new problems and objects, discussion of scientific and social purposes, relationship with funding agencies and public policies, expansion/strengthening of discussion spaces, vehicles and ways of disseminating knowledge about the subject.

Keywords: Literacy in Brazil. Academic production. Scientific and social impact.

RESUMEN

Con el objetivo de contribuir a la evaluación crítica de la calidad y del impacto científico y social de la producción académica brasileña sobre alfabetización, se problematiza la correlación entre tesis/dissertaciones y artículos sobre el tema, en periódicos evaluados por la CAPES. Se destacan los siguientes aspectos: a pesar de avances cuantitativos, es aún incipiente la circulación de ese conocimiento como "producción cualificada"; a pesar de la relativa pluralidad de enfoques analíticos derivados de la característica interdisciplinaria del tema, vienen siendo reiterados objetos de estudio y resultados semejantes, con dispersión del posible impacto social y científico; es necesaria una definición conjunta de acciones para la proposición de nuevos problemas y objetos, discusión de finalidades científicas y sociales, relación con agencias financiadoras y políticas públicas, ampliación/fortalecimiento de espacios de discusión, vehículos y formas de divulgación del conocimiento sobre el tema.

Palabras-clave: Alfabetización en Brasil. Producción académica. Impacto científico y social

Prólogo

*É verdade, eu vivo em tempos [sombrios]
Palavra inocente é tolice. Uma testa sem rugas
Indica insensibilidade. Aquele que ri
Apenas não recebeu ainda
A terrível notícia.*

*Que tempos são esses, em que
Falar de árvores é quase um crime
Pois implica silenciar sobre tantas barbaridades?
Bertolt Brecht (1990)*

Quatro anos se passaram desde que escrevi o texto que sucede este prólogo. Embora curto, esse período histórico é marcado por uma concentração de acontecimentos trágicos para a sociedade brasileira. De lá para cá, veio gradativamente se implementando no Brasil um projeto político-econômico ultraliberal, configurando tempos cada vez mais sombrios, com dois momentos cruciais representativos de retrocessos e ameaças ao Estado de Direito: o golpe parlamentar-jurídico-empresarial-midiático perpetrado em 31/08/2016, por meio do qual foi decretado o impeachment de uma presidenta eleita democraticamente; e o golpe jurídico-empresarial-midiático consumado em 07/04/2018, com o objetivo de impedir que um ex-presidente, com majoritárias intenções de voto, candidate-se novamente à presidência da República.

Especialmente após o impeachment em 2016, com a participação direta de agentes do Estado, oligarquias empresarias-rentistas-midiáticas e setores da sociedade civil, vem sendo implementado um conjunto de ações que integram esse projeto ultraliberal, resultando em trágico desmonte de direitos básicos de cidadania e atingindo diretamente a maioria da população brasileira. Dentre muitos outros retrocessos e ameaças, com reflexos diretos em diferentes setores da sociedade, destaco: a PEC 55, de 13/12/2016, que congela por 20 anos os gastos públicos de União, Estados e Municípios, com base na inflação do ano anterior; a Reforma Trabalhista já em vigência (Lei n. 13.467, de 13/07/2017); a "Reforma da Previdência" em tramitação; a Portaria n. 1129, de 16/10/2017, que altera o conceito de trabalho análogo ao da escravidão e os procedimentos de investigação e de divulgação da chamada "lista suja" das empresas que usam esse tipo de mão de obra; a probabilidade de o Brasil voltar a constar no "mapa da fome" da ONU, depois de ter deixado de figurar nesse "mapa" desde 2014; o corte orçamentário de 44% para ciência e tecnologia; a inviabilização das metas do Plano Nacional da Educação, decorrentes da PEC 55; a precarização e privatização da educação pública; a Reforma do Ensino Médio, incluindo a educação à distância, dentre outros retrocessos; a imposição da Base Nacional Comum Curricular (para Educação Infantil e Ensino Fundamental); e a até a "Ideia Legislativa" (fracassada, felizmente) de revogar a Lei de 2012, que instituiu o educador brasileiro Paulo Freire como "Patrono da Educação Brasileira".

De lá para cá, também não houve mudança significativa, por um lado: nos índices de analfabetismo da população de 15 anos ou mais — atualmente 11,8 milhões/7,2%, conforme dados do IBGE¹ — ; nem nos índices de analfabetismo funcional — 27% da população, conforme dados do INAF² — ; nem tampouco nos índices de alfabetismo pleno — 8% da população entre 15 e 64 anos, conforme

¹ Dado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com base em Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), referentes a 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-apenas-o-ensino-fundamental-completo.html> Acesso em 07 Abril 2018.

² Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional – criado pelo Instituto paulo Montenegro e Ong Ação Educativa. Dado disponível em: <http://edicaodobrasil.com.br/2017/03/17/analfabetismo-funcional-atinge-27-da-populacao/> Acesso em: 07 Abril 2018.

dados do INAF³. Por outro lado, continuam a ser realizadas pesquisas acadêmicas sobre alfabetização, vinculadas a diferentes programas de pós-graduação brasileiros e abordando variados aspectos dos problemas relativos à temática, assim como continuam a serem formuladas e implementadas políticas públicas para alfabetização alinhadas com ditames de organismos internacionais, aos quais também está atrelado o projeto político-econômico ultraliberal em execução no Brasil.

Nestes tempos sombrios, em que "Falar de árvores é quase um crime/ Pois implica silenciar sobre tantas barbaridades", ainda faz sentido discutir a produção acadêmica sobre alfabetização, a avaliação de sua qualidade, seu impacto científico e social? Penso que sim, ainda e sobretudo, no contexto dessa tragédia brasileira, em que não há lugar para a tolice de "palavras inocentes", nem para a insensibilidade de "testa sem rugas". Justamente porque a consciência da "politicidade intrínseca" (FREIRE, 2001) da alfabetização e do analfabetismo impõe a nós, pesquisadores e professores, o dever de autoavaliação crítica sobre nossas ações e a urgência de lutarmos, em todos os espaços públicos, em especial nos espaços em que atuamos profissionalmente e "de dentro" de nossos objetos de estudo, para resistir ao desmonte das conquistas políticas, sociais e educacionais, que, embora ainda sejam poucas, são vitais para preservarmos a dignidade de todas(os) as(os) brasileiras(os), na incessante busca da garantia dos direitos constitucionais básicos de cidadania, particularmente os direitos à educação, à leitura e à escrita.

Introdução⁴

Este texto se origina mais diretamente de dois momentos de interlocução, nos quais abordei temas relacionados com as pesquisas brasileiras sobre alfabetização. No primeiro deles, os interlocutores diretos foram principalmente pesquisadores e estudantes de pós-graduação; no segundo momento, foram também professores alfabetizadores e gestores da educação básica.⁵ Em continuidade e com o objetivo de contribuir para a busca de sentidos para o que sabemos, fazemos e queremos em relação à alfabetização no Brasil, apresento aqui reflexões sobre a avaliação da qualidade da produção acadêmica, sob a forma de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em programas de pós-graduação brasileiros e nas quais se tematiza, de diferentes pontos de vista, a alfabetização como processo de ensino e aprendizagem iniciais da leitura e da escrita.

³ Dado disponível em: INSTITUTO PAULO MONTENEGRO (São Paulo). Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF: Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho. 2016. Disponível em: <[http://www.ipm.org.br/.../.../inaf/relatoriosinafbrasil/Relatorio Inaf Brasil 20112012/ INAFEstudos Especiais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf](http://www.ipm.org.br/.../.../inaf/relatoriosinafbrasil/Relatorio%20Inaf%20Brasil%2020112012/INAF%20Estudos%20Especiais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf)>. Acesso: 07 Abril 2018.

⁴ O texto que aqui se inicia foi publicado originalmente em: Mortatti (2014)

⁵ Trata-se, respectivamente, de: apresentação de "trabalho encomendado" pelo GT 10 - "Alfabetização, leitura e escrita", durante a 35ª Reunião da ANPEd, realizada de 21 a 24/10/2012; e exposição oral na mesa "Sentidos da alfabetização nas pesquisas acadêmico-científicas brasileiras", durante o I CONBAIf, realizado de 08 a 10/07/2013 e promovido pela ABAIf. Em ambos, apresentei ponto de vista elaborado ao longo de processos de formação e atuação profissional, que se encontram entrelaçados: como professora em escolas de 1º e 2º graus de ensino (1976-1991) e como professora universitária e pesquisadora, desde 1991. As reflexões aqui propostas se baseiam, ainda, em pesquisas desenvolvidas no âmbito do GPHELLB – Grupo de Pesquisa História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil, com destaque para Mortatti (2000; 2010, 2011, 2012, 2013) e Mortatti, Oliveira, Pasquim (2014).

Por suposto, esse tipo de produção acadêmica deve resultar de pesquisas *científicas* desenvolvidas por meio de métodos *científicos*, com finalidade de produção de conhecimento *científico*. O que deve mover e justificar a proposição e desenvolvimento dessas pesquisas, portanto, é a necessidade de compreender e solucionar problemas, cuja relevância científica e social se sobreponha aos interesses pessoais e políticos (mesmo que bem-intencionados) de pós-graduandos e seus orientadores, de gestores da universidade e da educação básica e de governantes responsáveis pela implementação de políticas públicas.

Assim, além de sua serventia imediata (para titulação acadêmica, por exemplo), espera-se que, em decorrência de sua qualidade, os produtos (publicações, documentos, dados, patentes, dentre outros) e os resultados (conceituais, técnicos ou físicos) possam ser divulgados e disseminados, visando a gerar impacto positivo, por meio de suas apropriação e incorporação, de forma direta ou indireta, na comunidade científica e em diferentes instâncias públicas da vida social do país.

Outras não podem ser as finalidades desse tipo de pesquisa, as quais devem pautar a definição de sua qualidade e dos critérios e meios para avaliá-la, bem como o necessário e almejado impacto científico e social⁶. E nelas se baseiam as reflexões apresentadas a seguir.

Avaliação da pesquisa e indicadores de impacto científico no século XXI

Nas últimas décadas, vinculadamente a políticas econômicas neoliberais características do contexto de globalização, "avaliação" ganhou sentidos novos, tendo-se tornado palavra de ordem a designar mecanismo indispensável para regulação e controle, em diferentes esferas de ação organizada de sujeitos, instituições e governos, incluindo políticas educacionais e científicas. A pesquisa científica e a atividade de docentes-pesquisadores, especialmente na universidade pública, são também afetadas por sistemas de avaliação padronizada, com objetivo de monitorar (regular e controlar) a produção de conhecimento, em relação ao cumprimento de metas estabelecidas por organismos internacionais e determinadas pela necessidade de aferição de produtos e resultados, que propiciem a compreensão de realidades locais e a comparação entre elas, do ponto de vista das relações globais.

No âmbito acadêmico, essa lógica se manifesta na *avaliação quantitativa da qualidade*, cujo indicador mais abrangente é a produtividade acadêmica, pautada em critérios de eficiência e eficácia e medida por meio da relação "custo x benefícios", ou seja, entre a maior quantidade possível de produtos e resultados e a menor quantidade possível de meios e recursos utilizados para produzi-los. Com base nesses critérios, distribuem-se premiações aos "produtivos" e punições aos "improdutivos", identificando-se a produtividade pretendida com o "produtivismo acadêmico",

[...] fenômeno em geral derivado dos processos oficiais ou não de regulação e controle, supostamente de avaliação, que se caracteriza pela excessiva valorização da quantidade da produção científico-acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade [e] o benefício público-social da produção acadêmico-científica (SGUISSARDI, 2010, s/p).

Os muitos efeitos perversos desses mecanismos de regulação e controle podem ser exemplificados na adoção, pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

⁶Por necessária delimitação temática, neste texto me refiro especificamente às pesquisas sobre alfabetização. No entanto, muitas das reflexões aqui apresentadas podem ser estendidas às pesquisas em outras áreas e campos de conhecimento.

Superior, a partir dos anos 1996/1997, do modelo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, o qual,

[...] traduzindo a quantidade pura e simples de produções/publicações – em geral pouco lidas ou que não têm maior importância científica –, [...] serve de parâmetro básico para os concursos de acesso à (e progressão na) carreira acadêmica, para a obtenção de bolsas de estudo e de auxílios à pesquisa, e até, em muitos casos, para o próprio acesso a cargos administrativos.

[...]

Enfim, o produtivismo acadêmico está na raiz da intensificação e precarização do trabalho dos docentes/pesquisadores e põe-se como um dos grandes desafios que envolvem a universidade como instituição e a produção do conhecimento necessário ao desenvolvimento e soberania do país (SGUISSARDI, 2010, s/p).

Nesse contexto avaliativo, o termo “impacto”⁷ passou a designar categoria objetiva de análise, com incisiva repercussão no movimento global de produção de ciência e tecnologia. Para a aferição do impacto, vêm-se criando indicadores de *avaliação quantitativa da qualidade* do conhecimento científico, sobretudo nas áreas de ciências da vida e ciências exatas, produzido em instituições de ensino e pesquisa, especialmente em universidades públicas.

Um dos indicadores considerado mais “objetivo” e “eficiente” é o “fator de impacto” (FI)⁸, aplicado à seleção e à qualificação de periódicos científicos, por meio da medida da quantidade de vezes que determinado artigo científico é citado por outros cientistas, em periódicos também “selecionados” e “qualificados”, conforme esse indicador. Deve ressaltar que: em geral “[...] pesquisas publicadas em inglês em revistas bem conceituadas [...] são muito acessadas por outros cientistas, têm impacto mais alto [e] trabalhos feitos em parceria internacional também têm seu impacto aumentado em cerca de três vezes.” (THIEL, 2013); a grande maioria desses periódicos é sustentada pelas (altas) taxas cobradas para publicação de artigos e para assinatura e acesso a versão impressa ou eletrônica, o que garante agilização de processos de avaliação e prazos de publicação; e é comum a publicação de artigos (*papers*) com pequeno

⁷ “Impacto” pode ser definido como “[...] a medida da influência e benefícios dos resultados da investigação, tanto dentro da comunidade científica (com o progresso do conhecimento) e na sociedade global” e podem-se distinguir “[...] três processos principais relacionados ao conhecimento e seu impacto: a geração do conhecimento, a disseminação ou transferência de conhecimento, e a apropriação e utilização social deste conhecimento” (LIMA; WOOD JR, 2013).

⁸ O FI foi idealizado por Eugene Garfield, o fundador do *Institute for Scientific Information* (ISI) em 1975. Seu conceito, entretanto, havia sido concebido pelo autor em 1955, quando teve início a publicação do *Science Citation Index* (SCI). O indicador foi inicialmente criado para auxiliar a seleção de periódicos a serem indexados no SCI, e mostrou que mesmo periódicos com pequeno número de artigos, mas que fossem altamente citados poderiam ser selecionados. Nasce assim, o primeiro e mais popular e polêmico ranking de impacto de periódicos científicos. O ISI foi incorporado à agência internacional de notícias Thomson Reuters em 1992, e desde esta data, o FI e a base de dados fonte do indicador, o *Journal Citation Reports* (JCR), são parte integrante do produto *Web of Knowledge*. O uso do FI para mensurar o impacto de periódicos tornou-se universal desde sua criação” (SciELO EM PERSPECTIVA, 2013).

número de páginas e muitos coautores (por vezes, chegando a dezena ou mais), o que contribui para aumentar a quantidade de (auto) citações⁹.

Esse indicador tem sido ainda útil para identificar, por oposição, baixo ou inexistente impacto de pesquisas científicas, criando-se um círculo vicioso e viciado que serve para justificar, por exemplo, a não aceitação da publicação de resultados de pesquisas, em periódicos com alto FI. Com base nessa lógica, a editora-chefe da revista *Science* critica a falta de ousadia dos pesquisadores brasileiros, os quais produzem apenas “ciência incremental”, de “baixo impacto”, em vez de ousarem e se arrisquem em “grandes descobertas”, que, conforme parâmetros internacionais, contribuam para a inovação tecnológica de produtos ou processos, visando, sobretudo, a sua implantação e comercialização (MC NUTT, 2013).

Apesar de sua aparente objetividade e proclamada eficiência, não há consenso sobre a pertinência de indicadores de impacto para avaliar a qualidade de pesquisas científicas, nem sobre as formas e efeitos de sua utilização. São cada vez mais frequentes, as críticas de entidades e pesquisadores da comunidade científica nacional e internacional, especialmente de áreas como ciências da vida, que, em princípio, têm sido as maiores beneficiadas com a utilização do FI.

O bioquímico estadunidense, Randy Schekman (2013)¹⁰ — um dos ganhadores do Prêmio Nobel de Medicina de 2013 —, adverte, provocativamente, contra os perigos dos “incentivos” para a reputação profissional daqueles que publicam em “revistas de luxo” (periódicos com alto FI), cujo objetivo é menos a qualidade científica da “melhor pesquisa” e mais a venda de assinaturas e o *score* de citações que recebem, inclusive por causa da exploração do que esse pesquisador ironicamente denomina “assuntos sensuais” (“*sexy subjects*”), que incentivam tanto a produção de pesquisas em “campos da moda” quanto trabalhos fraudulentos. Adverte, ainda, que não são somente essas revistas que publicam as mais importantes pesquisas, assim como não é somente pelo “fator de impacto” que se pode avaliar a qualidade de uma pesquisa. Sintetizando sua crítica a esse indicador como “[...] medida profundamente falha, que se tornou um fim em si mesmo — e é tão prejudicial para a ciência quanto a cultura do bônus, para os bancos” (SCHEKMAN, 2013), o pesquisador defende os *open-access journals* (revistas de acesso aberto/gratuito), com o objetivo de se desenvolverem pesquisas melhores, que sirvam tanto à ciência quanto à sociedade.

Críticas semelhantes estão contidas na Declaração de São Francisco sobre Avaliação de Pesquisa (*San Francisco Declaration on Research Assessment – DORA*) (2012)¹¹. Esse documento “[...] recomenda que o FI não deva ser utilizado em avaliações relativas a financiamento, promoções na carreira e contratações de acadêmicos [...] avaliações de programas de pós-graduação e ranking de universidades e instituições de pesquisa”, pois sua utilidade e limitações vêm sendo questionadas, “[...] à medida que o uso do FI extrapolou o âmbito dos periódicos e se tornou popular nos meios acadêmicos como fonte direta e indireta de avaliação da qualidade da pesquisa” (SAN FRANCISCO ..., 2012).

Ainda nesse documento, são destacadas as críticas mais frequentes ao uso do FI: privilégio de algumas áreas do conhecimento — como ciências da vida e ciências exatas

⁹ Não se pode deixar de mencionar que o impacto das pesquisas nessas áreas se mede também pelo número de patentes registradas e comercializadas, com rentabilidade financeira tanto para o pesquisador quanto para a instituição a que está vinculada a pesquisa.

¹⁰O artigo foi reproduzido no dia 20/12/2013, pelo *Jornal da Ciência* da SBPC. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.php?id=91336>. Acesso em: 20 dez. 2013.

¹¹ Essa Declaração resulta de iniciativa dos cientistas da *American Society for Cell Biology* e é assinada por mais de 150 proeminentes cientistas e 75 organizações acadêmicas, entre elas a *American Association for the Advancement of Science*.

— e de artigos de revisão, que recebem mais citações do que artigos originais, induzindo à seleção daqueles, por parte de editores de periódicos; e “[...] claro predomínio de periódicos em língua inglesa” (SAN FRANCISCO..., 2012). Os signatários desse documento denunciam, por fim, o caráter “altamente destrutivo” do uso isolado do FI, cuja

[...] consequência mais nefasta para a ciência é impedir o progresso natural da pesquisa, que, na busca por novas abordagens, pode levar a períodos relativamente longos sem gerar publicações. Os pesquisadores devem poder ‘usufruir’ deste período sem publicações e citações sem ser penalizados por isso. Deveria causar surpresa o fato de que o uso de um indicador torne elegível um ou outro autor pelo fato de que tenha publicado em um periódico de mais alto FI, de que é mais importante saber onde ele publicou do que ler seu trabalho. A DORA realça a necessidade de *avaliar a pesquisa pelos seus próprios méritos e não pelo periódico em que é publicada* (SAN FRANCISCO, 2012) (grifos meus).

Às críticas quanto à pertinência desse indicador, para avaliação da qualidade das pesquisas produzidas em universidades públicas, especialmente, deve-se acrescentar que o impacto científico aferido não permite estabelecimento de correlações com o impacto social, ou seja, efeitos e benefícios públicos e sociais, que são finalidades dessas pesquisas. Para medi-lo, não há padrões internacionais consensualmente desenvolvidos e aceitos, justamente devido à dificuldade de aferição dos modos e efeitos da apropriação e incorporação dos produtos e resultados das pesquisas, em diferentes instâncias públicas da vida social.

Como exemplo dessa dificuldade, no caso brasileiro, se podem mencionar as tentativas equivocadas de aferição, por meio de supostos “indicadores de impacto social”, da qualidade das pesquisas na área de ciências humanas e particularmente, na área de educação e no campo da alfabetização. Além dos problemas mencionados, as políticas acadêmicas geradas no contexto de crescente alinhamento do país com o cenário econômico internacional impõem a necessidade de as pesquisas (nessas áreas, mas não somente) justificarem diretamente sua “função social” (e os recursos públicos investidos) por meio do desenvolvimento de “pesquisas de intervenção”, com “aplicações práticas”, diretas e imediatas, seja na prática de alfabetizadores, seja na formulação e implementação de políticas públicas para a educação e a alfabetização. Tendencialmente, esse tem sido o “indicador” tacitamente aceito para avaliação do impacto social dessa produção acadêmica. Devido, porém, à impossibilidade, em todas as áreas de conhecimento, de correlação direta entre resultados da pesquisa científica e sua “aplicação prática”, essa tendência das pesquisas no campo da alfabetização é também marcada por contradições.

Por um lado, pode-se questionar a legitimidade de políticas públicas em que se encontram subsumidas posições de grupos e sujeitos “privados”. A “autoridade acadêmica” que lhes é (auto) conferida pode induzir à equivocada compreensão de que sejam porta-vozes de verdades científicas universais, desconsiderando que suas posições também são elaboradas em campo de disputas pela hegemonia de pontos de vista políticos ou teóricos (MORTATTI, 2010). Essa relação promíscua denuncia a tendência de submissão da produção científica às urgências de governos e governantes, bem como obriga a retomar e problematizar a condição da universidade pública como lugar de produção livre e autônoma de conhecimento científico.

Por outro lado, porém, expectativa de correlação direta entre impacto científico e impacto social é explicitada pelos representantes da CAPES, quando advertem, de outro ponto de vista, sobre o não cumprimento da “função social” da produção acadêmica brasileira, proporcionalmente ao seu reconhecimento nacional e internacional, “[...] atestado pelo 13º lugar na produção mundial

de artigos científicos em 2009, ultrapassando a Holanda e a Rússia, de maior tradição na pesquisa, ciência e tecnologia” (BRASIL, 2012, p. 184). Em relação especialmente à educação e à alfabetização, são mais incisivas as advertências desse órgão governamental.

Em percurso contrário, nossos alunos da educação básica evidenciam desempenho insuficiente em diversos instrumentos de avaliação (Saeb, Enem, Ideb, Prova Brasil), realizados [por órgãos nacionais] e no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa)¹², da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mesmo com uma estimulante tendência de melhoria nos últimos anos. Como consequência, o País enfrenta hoje uma situação educacional inquietante: apenas 14% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o ensino superior, em sua maioria em Instituições de Ensino Superior privadas, e apenas 3% chegam ao mestrado e doutorado, autênticos ‘sobreviventes’ de um sistema de ensino excludente (BRASIL, 2012, p. 184).

Como se pode constatar, a complexidade do problema da avaliação da pesquisa científica demanda aprofundamento de reflexões e discussões. E, embora não se advogue a aplicação do modelo “bem-sucedido” de avaliação utilizado nas ciências da vida e ciências exatas, obviamente, as pesquisas em ciências humanas e, em particular, a sobre alfabetização não podem ficar apartadas desse movimento, pois são afetadas pelo contexto mais amplo e pelos problemas característicos do conjunto da produção científica e sua avaliação, neste século XXI. Não se pode, portanto, ignorar a necessidade de discussão sobre a avaliação da qualidade das teses e dissertações sobre alfabetização e de seu impacto científico e social.

Produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avanços históricos e problemas atuais

Do ponto de vista da longa duração histórica, o início do processo de constituição da alfabetização como objeto de estudo pode ser situado no final do século XIX, com as primeiras tematizações sobre o ensino inicial da leitura e escrita como matérias escolares. Assim como as normatizações e concretizações¹³, essas tematizações e as que se seguiram e se robusteceram ao longo do século XX, estavam/estão vinculadas, como busca de respostas, às urgências políticas e sociais, que demandavam/demandam da escola brasileira eficiência na alfabetização

¹² Como parte de sistemas de avaliação baseados em medidas quantitativas, também o PISA e seus efeitos danosos vêm sendo questionados: “Em carta ao Diretor do PISA da OCDE, publicada pelo *The Guardian* [em 06/05/2014], mais de 80 pesquisadores ao redor do mundo expressam sua preocupação com o impacto dos testes do PISA nas redes de ensino. Entre eles o renomado estatístico britânico dos estudos multiníveis (HLM) Harvey Goldstein, a combativa americana Diane Ravitch, e os conhecidos Peter McLaren, Stephen J. Ball e Henry Giroux, para citar alguns. “Disponível em: <http://avaliacaoeducacional.com/2014/05/13/pisa-pesquisadores-ao-redor-do-mundo-reagem/> Acesso em: 15 maio 2014.

¹³ Esses termos são utilizados para classificar, em relação ao conteúdo, finalidade e forma de veiculação, as fontes documentais da pesquisa cujos resultados são apresentados em Magnani (1997)/Mortatti (2000), a saber: “[...] a) tematizações — contidas especialmente em artigos, conferências, relatos de experiência, memórias, livros teóricos e de divulgação, teses acadêmicas, prefácios e instruções de cartilhas e livros de leitura; b) normatizações — contidas em legislação de ensino (leis, decretos, regulamentos, portarias, programas e similares); e c) concretizações — contidas em cartilhas e livros de leitura, “guias do professor”, memórias, relatos de experiências e material produzido por professores e alunos no decorrer das atividades didático-pedagógicas” (MORTATTI, 2000, p. 29).

de crianças, como forma de modernização e avanço social (MORTATTI, 2000). A produção acadêmica sobre alfabetização, porém, iniciou-se sistematicamente há quase meio século, no contexto de criação e expansão da pós-graduação *stricto sensu*, a partir da década de 1960. Naquele momento,

[...] tratou-se da implementação de *novas formas e modos* de estudar a alfabetização e seus problemas: tomando-a como *objeto de pesquisa acadêmica desenvolvida por meio de metodologia científica*. No contexto político pós-1964, essas novas formas e modos estavam também relacionados com os objetivos de modernização capitalista do país, por meio de melhoria do ensino superior e a nova função que se lhe devia atribuir (MORTATTI, OLIVEIRA, PASQUIM, 2014, p.10).

Em relação às cinco últimas décadas, Maciel (2014), apresenta dados e análises relevantes quanto à produção acadêmica sobre o tema. Trata-se de resultados do ABEC - Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento, projeto interinstitucional de pesquisa sediado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenado pela pesquisadora citada. O objetivo do projeto é realizar levantamento, análise e socialização da produção acadêmica, sob a forma de teses e dissertações sobre alfabetização defendidas em instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Esse projeto dá continuidade às pesquisas de Soares (1989) e Soares e Maciel (2000). Como resultados da pesquisa de Soares (1989):, apresentam-se inventário e análise da produção acadêmica sobre alfabetização no Brasil, veiculada em teses de cátedra, de livre-docência e de doutorado e em dissertações de mestrado, concluídas entre 1965 e 1986 (75, no total), e em artigos (109, no total) publicados por brasileiros, entre 1954 e 1986. Em Soares e Maciel (2000), foram inventariadas e analisadas somente teses e dissertações, referentes ao período de 1961 a 1989, as quais totalizaram 219. Com base nos resultados apresentados pelas autoras mencionadas, cruzados com os apresentados em Mortatti (2003; 2012), Mortatti, Oliveira, Pasquim (2014), destaco, para os objetivos deste texto, alguns dos principais aspectos da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização, nas últimas cinco décadas.

Acompanhando a expansão dos programas de pós-graduação em educação, houve crescente aumento da quantidade de teses e dissertações sobre alfabetização, com ampliação de enfoques na análise do tema, principalmente a partir da década de 1980. Na década de 1990, verifica-se acentuação do interesse de pesquisadores pelo estudo da alfabetização, articuladamente à também acentuação do fracasso da escola em alfabetizar, denunciado sistematicamente no processo de redemocratização do país, demandando buscar formas de superação da fase de denúncias em favor de novas discussões e propostas.

Apesar desse aumento quantitativo, vêm-se, por um lado, explicitando advertências sobre o "baixo impacto" dessa produção nas práticas educacionais, com base na constatação de que a alfabetização continua sendo um dos principais problemas da educação, conforme exemplifica a crítica dos gestores da CAPES, citada anteriormente. Por outro lado, verifica-se crescente interferência das políticas públicas na definição de temas e abordagens na produção acadêmica sobre alfabetização e, simultânea/contraditoriamente, ausência de pesquisas consistentes sobre o impacto das políticas públicas de alfabetização.

Além desses, como destaca Maciel (2014), evidenciam-se, como problemas cada vez mais recorrentes nas teses e dissertações sobre alfabetização: o excesso de repetição de temas, de fundamentação teórica e de recomendações didático-pedagógicas, com pouca consistência e densidade teórico-metodológicas, ausência da devida revisão bibliográfica, problemas de redação, aparentemente pouca preocupação com "impacto científico" e obsessiva busca de

aplicação imediata e intervenção em práticas pedagógicas e políticas de alfabetização. Apesar dos problemas, esse movimento tem contribuído para configurar a alfabetização como campo de conhecimento (em construção) relativamente autônomo e interdisciplinar, confirmando tanto a natureza multifacetada desse fenômeno (SOARES, 1985) e a desejada multiplicidade e pluralidade de temas, problemas e enfoques analíticos para seu estudo, quanto a necessidade de compreensão mais adequada da qualidade da produção acadêmica que temos em relação a que queremos, pois:

[...] numa área como a educação, neste país, e, talvez mais intensamente, na área da alfabetização, não se tem o direito de fazer pesquisa apenas por prazer ou por obrigação: fazer pesquisa para obter o título de mestre ou doutor, fazê-la porque a instituição a que se pertence assim o exige... A pesquisa em educação, em alfabetização, no momento atual, tem um compromisso social, tem de contribuir para a compreensão da realidade brasileira, para que, compreendendo-a, se possa nela intervir, alterá-la, mudá-la. A grande pergunta que fica é esta: a pesquisa em educação, no Brasil, tem dado essa contribuição? Tem estado a serviço da sociedade brasileira atual? É este o grande desafio a que devemos responder (SOARES, 2006, p. 471).

Como princípio de avaliação, é necessário, portanto, nos perguntarmos — além de *o que e como* — *por que, para que, para quem, onde e quando* pesquisamos, ou seja, geramos, ou deveríamos gerar, conhecimentos e os partilhamos, por meio de produtos e resultados de nossas atividades de pesquisa? Quais têm sido os efeitos e quem se tem beneficiado com as teses e dissertações brasileiras sobre alfabetização, muitas delas financiadas por agências públicas de fomento, ou, no caso de professores da educação básica, financiadas por programas governamentais de incentivo à formação em serviço? Ou, em outras palavras: que qualidade e que impacto têm nossas pesquisas e quais desejamos, em termos de mudanças qualitativas para a ciência e para a sociedade?

A avaliação (d)e impacto da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização

Como mencionei, há hoje critérios e meios relativamente objetivos, mas polêmicos, para avaliar, no sentido de regular e controlar, a atividade profissional de docentes-pesquisadores e seus produtos e resultados. E esses critérios e meios definem o conhecimento “válido” ou “qualificado”, conforme indicadores de impacto, em especial o FI, utilizado para avaliação de periódicos científicos predominantemente das áreas de ciências da vida e ciências exatas. Se aplicados indicadores desse tipo à avaliação da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização, podem-se obter, ainda que de forma aproximada, dados curiosos ou inquietantes.

Segundo dados do ABEC, entre 1961 e 2012, no Brasil, foram defendidas 1618 teses e dissertações, com acentuado aumento, a partir da década de 1990 (MACIEL, 2014). Dentre essas, as defendidas desde 1987 estão “publicizadas”, ou seja, disponíveis para leitura, no Banco de Teses e Dissertações do Portal da CAPES, como uma forma de “prestação de contas” dos investimentos públicos diretos ou indiretos. Mas não se trata de “publicação qualificada”, nem conforme os indicadores aceitos pela comunidade científica, nem conforme critérios e normas da CAPES, estabelecidos para avaliação da produção bibliográfica dos docentes-pesquisadores, um dos itens de avaliação e “mecanismo de autorregulação” (RODRIGUEZ, 2013) dos programas de pós-graduação brasileiros. Embora aprovadas pelas respectivas bancas examinadoras, as teses e dissertações “publicizadas” no Portal CAPES (que não tem a função

de conselho editorial ou científico) não são submetidas à avaliação cega por pares, como ocorre com periódicos ou com livros formalmente avaliados e “qualificados”.

Quando se pensa na divulgação de resultados sob a forma de artigos em periódicos, análise preliminar de dados disponíveis indica a incipiência da “produção qualificada” sobre alfabetização, tomando como referência os indicadores existentes. A título de exemplificação, por meio de consulta¹⁴ por assunto “alfabetização”¹⁵, na Base SciELO - *Scientific Electronic Library Online*¹⁶, em 78 periódicos indexados e publicados entre 1972 e 2012, foram localizados 237 artigos. Conforme origem institucional, missão, escopo e assunto preferencial, os periódicos consultados podem ser agrupados nas seguintes áreas: Psicologia: 21; Educação: 17; Medicina: 14; Ciências Sociais: 10; Linguística: 3; Fonoaudiologia: 3. Deve-se ressaltar que quase todos esses periódicos são também avaliados por meio da ferramenta do Qualis-CAPES-periódicos¹⁷ e que nenhum deles tem alfabetização como temática específica¹⁸.

Considerando-se as duas últimas décadas, a quantidade de artigos sobre alfabetização publicados nesses periódicos, entre 1992 e 2012, pode ser visualizada na Tabela 1.

¹⁴A consulta foi realizada em setembro de 2012, com os seguintes critérios: Método “integrada”; Palavra “alfabetização”; Base “regional”. Em termos de quantidade, não houve alteração significativa até o momento.

¹⁵ Nos artigos consultados, o termo “alfabetização” é utilizado em referência não somente a ensino e aprendizagem da leitura e escrita, mas também a outras matérias escolares e atividades sociais, como, por exemplo: alfabetização matemática, alfabetização digital, dentre outros.

¹⁶[...] SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. [Resulta] de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. [Tem] por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico.” (SciELO Brasil). Disponível em: <http://www.scielo.br/?lng=pt>. Acesso em: 15 out. 2012.

¹⁷Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. [...] foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. [D]isponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.” Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>. Acesso em: 15 nov. 2013.

¹⁸Abordando especificamente a alfabetização, até 2012 havia apenas um periódico brasileiro que se encontrava em fase de avaliação, com o objetivo de inclusão na base SciELO. Trata-se da revista eletrônica *Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa*, que “[...] envolve diferentes unidades da Universidade de São Paulo (USP), diversas universidades e instituições nacionais e internacionais. Em 2014, foi criada a *Revista Brasileira de Alfabetização*, editada pela ABAlf - Associação Brasileira de Alfabetização. Não estão, porém, computados neste texto os artigos sobre alfabetização publicados nessa revista. Disponível em: <http://www.acoalfapl.net/>. Acesso em: 15 mai.2014.

Tabela 1 – Quantidade de artigos sobre alfabetização, por ano de publicação, entre 1992 e 2012, nos 78 periódicos consultados na base SciELO

ANO	QUANTIDADE ARTIGOS
2012*	11
2011	29
2010	33
2009	18
2008	24
2007	15
2006	15
2005	10
2004	13
2003	13
2002	08
2001	09
2000	08
1992	01
TOTAL	207

*Até setembro de 2012

Fonte: Base SciELO - <http://www.scielo.org/php/index.php>

Por meio desses dados, pode-se constatar que: nas décadas de 1990 e 2000, houve aumento significativo da divulgação, em periódicos “qualificados”, de artigos sobre alfabetização. Mas é ainda baixa a circulação de seus produtos e resultados, no âmbito da comunidade científica nacional e internacional, comparativamente à quantidade de teses e dissertações concluídas.

No entanto, essa constatação pode e deve ser relativizada, quando se consideram as especificidades das pesquisas na área de ciências humanas e, em particular, sobre alfabetização, cujas natureza, objetos e objetivos demandam métodos e ritmos de trabalho diferentes dos das ciências da vida e ciências exatas¹⁹. Tradicionalmente, consideram-se mais adequados outros meios, modos, formas e suportes de divulgação de resultados de pesquisas em ciências humanas, o que impede ou dificulta a aplicação dos indicadores existentes para medir seu impacto científico.

Como principais características específicas das publicações nessa área, podem se observar as seguintes: é mais comum a autoria única, ou número reduzido de coautores; a quase totalidade de artigos sobre o tema é escrita em língua portuguesa e publicada em periódicos nacionais, de diferentes áreas; é irrisória a quantidade de periódicos brasileiros indexados em bases de dados atualmente existentes para essa finalidade, como *Web of Science*, *Scopus*, *SciELO* e *Google Acadêmico*, que estão centradas, predominantemente, no conhecimento veiculado em periódicos internacionais; os periódicos das áreas de ciências humanas (nos quais se publicam, de forma predominante, artigos sobre alfabetização) ou não são indexados e qualificados, ou têm FI invariavelmente mais baixo do que os das áreas de ciências da vida e ciências exatas; os pesquisadores do campo da alfabetização têm usualmente publicado livros e capítulos de livros, em vez de artigos em periódicos indexados em bases de dados internacionais ou classificados em estratos mais altos, conforme critérios da CAPES, o que talvez se deva, não somente à concorrência no processo de submissão, mas também aos prazos muitas vezes

¹⁹ Dentre as especificidades em relação a essas áreas, merece destaque o fato de que pesquisa em alfabetização não visa tradicionalmente à geração de patentes nem à comercialização de serviços e produtos.

longos para obtenção de aceitação ou recusa, por parte de comitê editorial desses periódicos; a predominância de publicações de mestrandos e doutorandos em anais de eventos; e a possibilidade de as avaliações de livros e artigos assim como de pedidos de financiamento a projetos sobre o tema serem feitas por “ímpares”, passíveis de conflito de interesses, nem sempre, portanto, isentas de determinações outras a serviço de interesses e disputas de poder do “mercado acadêmico”.

É pertinente destacar, ainda, que vem aumentando a circulação de artigos sobre o alfabetização, quando considerados também tanto periódicos não indexados ou qualificados e outros meios e suportes de divulgação quanto citações recebidas por textos publicados. Mediante consulta com a palavra “alfabetização”²⁰, na base de dados “Google Acadêmico”, foram localizados 990 resultados, incluindo títulos ou citações de artigos, livros e capítulos de livros, textos em anais de eventos, textos avulsos disponíveis em *sites* da Internet, publicados por autores brasileiros e estrangeiros, entre 1987 e 2014, a maioria deles na última década. Dentre esses, estão os artigos contabilizados na Tabela 1.

Se, conforme critérios de avaliação vigentes é baixo o impacto científico da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização, o que acontece com a avaliação de seu impacto social? Embora não seja possível nem desejável medir objetivamente esse tipo de impacto, pode-se conjecturar, sem grande probabilidade de erro, que são também insuficientes a circulação e a visibilidade bem como os efeitos e benefícios públicos, em particular das teses e dissertações sobre o tema, entre, por exemplo, os destinatários supostamente almejados: professores alfabetizadores e gestores das políticas públicas e da educação básica.

Produção acadêmica e produção de conhecimento científico sobre alfabetização

Os problemas apontados em relação à avaliação e ao impacto científico e social da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização talvez sejam decorrência de aspectos como os identificados por Maciel (2014), os quais advêm de etapas de escolarização anteriores e se acentuam nos curtos prazos de formação de pesquisadores em programas de pós-graduação *strictu sensu*, prejudicando a qualidade intrínseca de teses e dissertações, cuja conclusão, muitas vezes, sirva somente para a obtenção de título acadêmico e represente grandes alívio ou prazer pessoais ao pós-graduado. Ou, talvez esses problemas evidenciem, mais agudamente, os efeitos da pressão das urgências impostas à universidade e à atividade de pesquisa acadêmica, especialmente a busca de produtos e resultados submetidos (embora quase sempre pouco exitosa) aos parâmetros do produtivismo acadêmico.

Antes de soluções, os problemas que temos ensejam e demandam formulação de perguntas, como ponto de partida para a reflexão sobre a qualidade e o impacto (?) que desejamos para as pesquisas sobre alfabetização.

Até que ponto a definição de temas, problemas, fundamentação teórica e metodologia de pesquisa é ditada pela necessidade e relevância do objeto que se quer conhecer e dos objetivos (científicos e sociais) que se querem alcançar? Ou é ditada por modismos acadêmico-científicos, impostos por políticas científicas e editoriais e utilizados por agências de fomento, na avaliação de solicitações de financiamento, ou de editores de periódicos indexados e qualificados, na

²⁰ Também no caso dos artigos desta Base de dados, “alfabetização” não é utilizada somente em referência a ensino e aprendizagem da leitura e escrita.

avaliação de artigos? Ou, ainda, pelas urgências determinadas por políticas públicas do momento?

Levadas ao extremo, imposições externas não estão a ditar também critérios de atribuição de qualidade/qualificação somente ao que tem valor no “mercado acadêmico”, conforme advertências de Schekman e dos signatários do DORA citadas anteriormente? Qual é o nível de ousadia em que se podem pautar os docentes-pesquisadores, no desenvolvimento de suas pesquisas e na formação de seus orientandos?

Por que, no que concerne à alfabetização, abundam pesquisas para cujo desenvolvimento o pesquisador necessita utilizar o espaço da escola como campo de observação, experimentação ou coleta de dados, ou procurar o alfabetizador para resolver um problema imediato de sua pesquisa, sem que ela resulte em algum tipo de impacto na “realidade pesquisada”? Como os resultados são partilhados com os alfabetizadores, quando sujeitos-objetos de pesquisa? Do ponto de vista ético intrínseco ao dever do pesquisador que utiliza o espaço da escola para seu trabalho acadêmico, os alfabetizadores estão, de fato, participando do processo de produção de conhecimento científico? Deveriam estar? Esse é, igualmente para eles, um processo que resulta em benefícios para seu processo formativo e profissional?

Se as políticas públicas, que exercem função “mediadora” entre universidade e educação básica, têm alto impacto nas pesquisas acadêmicas, qual é o (desejável?) impacto reverso, que, em vez de referendar e legitimar, contribua para questionar a promíscua parceria entre pesquisadores e órgãos públicos, em que “sujeitos privados”, por meio da imposição de *suas* escolhas teóricas e políticas, sancionam a verdade científica que deve fundamentar políticas públicas?

Essas perguntas indicam uma questão de fundo a ser retomada: a avaliação da qualidade e, em decorrência, do impacto científico e social da produção acadêmica sobre alfabetização demanda considerar suas especificidades em relação com o inevitável contexto de globalização em que está imersa a universidade brasileira. Suas atividades-fim indissociáveis — pesquisa, ensino e extensão — devem ser pautadas pela necessária e desejável autonomia, a qual, no entanto, não pode derivar de atos de “soberania” (auto) atribuída, nem, tampouco e inversamente, de obediência a imediatismos ou a processos de regulação e controle externos, conduzidos por interesses econômicos/empresarias, da produção e da divulgação do conhecimento científico (princípio que também se aplica a políticas públicas e práticas didático-pedagógicas dos professores alfabetizadores).

É igualmente equivocado pensar que a pesquisa acadêmica sobre alfabetização esteja restrita ao polo da concepção de teorias e propostas, alinhadas com políticas públicas, e que os professores devam se contentar com permanecer no polo da execução (bem ou malsucedida). A indissociabilidade das atividades-fim da universidade somente pode ser construída com todos os atores envolvidos, de diferentes formas, nos três momentos inter-relacionados da produção e divulgação do conhecimento sobre alfabetização na universidade pública, em sua relação com o trabalho do alfabetizador: concepção, execução e avaliação de propostas, coletivas e fundamentadas, de ensino da leitura e escrita (MAGNANI, 1993).

Essas finalidades indicam ainda a necessidade de questionar certa “cultura acadêmica”, incorporada como zona de conforto, instalada no já conhecido, de onde poucos se arriscam sair, especialmente considerando as precárias condições objetivas de trabalho na universidade, no atual contexto político, econômico e científico. É uma lógica perversa, mas real, que se traduz na rotina acadêmica imposta pelos mecanismos correntes de avaliação do trabalho do docente-pesquisador. Como se sabe, a avaliação do sistema afeta a medida e o estado do objeto/fenômeno de investigação. Dessa perspectiva, há o risco de os sujeitos responsáveis pela produção do conhecimento científico em alfabetização secundarizarem o questionamento necessário e mecanicamente reproduzirem um “como fazer”, característico do

[...] caráter técnico-instrumental, doutrinário e programático, representado por um conjunto de princípios, regras e procedimentos a orientarem a ação, devendo centrar-se na adequação de meios eficientes e eficazes em relação a determinados fins, os quais se apresentam como auto-evidentes, justos e legítimos (sejam eles considerados 'progressistas' ou 'conservadores') (MAGNANI, 1995, p. 40).

Talvez, ainda, estejam faltando, principalmente, ações efetivas para questionar a adesão da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização, em particular sob a forma de teses e dissertações, a essas pressões externas e indevidas, que impedem o pesquisador em formação de ultrapassar limites da reprodução (consentida indiretamente pela comunidade científica e pelas agências avaliadoras) de conhecimentos, cuja fonte muitas vezes se perdeu de vista, dado que a reiteração facilmente transforma *uma* em *a* "verdade científica". Por conseguinte, a verdade torna-se inquestionável, atemporal e a-histórica, o que garante sua entrada, circulação e permanência em espaços de poder e sua utilização como moeda de troca no "mercado acadêmico".

De fato, produção de teses e dissertações sobre alfabetização [no Brasil] não é, em todos os casos, sinônimo de *produção de conhecimento* sobre o tema. Por esse problema, porém, não são responsáveis somente as novas gerações de pesquisadores em formação e seus orientadores. Deve-se buscar a compreensão das contradições contidas na 'tradição inventada'²¹, herança de problemas seculares e, do ponto de vista do passado recente, dos 21 anos de silêncio impostos pelo regime político ditatorial, durante o qual se engendrou uma "ditadura da idiotia" [...] com base na qual se forma(ram) gerações de brasileiros e seus formadores, da educação básica à pós-graduação (MORTATTI, OLIVEIRA, PASQUIM, 2014, p. 28).

Considerações finais

Com base nas reflexões aqui apresentadas, pode-se constatar que: por um lado, os avanços quantitativos ao longo das últimas décadas confirmam a importância e a necessidade do estudo da alfabetização como campo de conhecimento relativamente autônomo e interdisciplinar; e, por outro lado, os problemas apontados têm gerado dispersão ou mesmo invisibilidade das possíveis contribuições que justifiquem relevância e pertinência da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização.

As críticas aos efeitos perversos da imposição da *avaliação quantitativa da qualidade científica* não invalidam, no entanto, a necessidade de avaliar. Ao contrário, demandam, simultaneamente aos posicionamentos críticos e contundentes, discussão e proposição de finalidades, critérios e meios de avaliação *qualitativa* e da qualidade científica imprescindível para os efeitos e benefícios públicos desejados. Não basta refutar os critérios e indicadores de avaliação vigentes, e juntamente com eles, desconsiderar o compromisso social e científico em que essa produção acadêmica deve-se pautar.

Embora óbvia, é urgente pensar sobre essa relação, complexa, ambígua e contraditória. Se discordamos dos sentidos hoje impostos como inquestionáveis para "avaliação da qualidade" e

²¹ "Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado" (HOBBSAWN, 1984, p. 9).

“indicadores de impacto”, que sentidos podemos lhes atribuir, ou que outros termos podemos utilizar para nomear critérios e meios para a necessária *avaliação qualitativa* da *qualidade* da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização, a fim de superar os problemas da *avaliação quantitativa* (e bonificadora ou punitiva). Avaliação da qualidade não deve ser confundida com medição de impacto científico e social. Ao contrário, o impacto (efeito) que desejamos para a pesquisa acadêmica deve depender e decorrer de sua qualidade científica, mesmo com todas as dificuldades para definir esse conceito.

Se todos sabemos que não faz sentido desenvolver pesquisas para *reproduzir*, *recomprovando*, o que já se sabe, é necessário buscar delimitar o que faz falta e demanda compreensão, como condição para formular o desejo de mudar e para as possibilidades da mudança qualitativa desejada em relação a determinados problemas sociais. E, para isso, é necessário, sobretudo, aprender a formular perguntas (cujas respostas ainda não sabemos) no diálogo com a realidade social, de que, dentre outros agentes/protagonistas, também fazem parte a comunidade científica, as instituições universitárias de ensino e pesquisa, os alfabetizadores e demais profissionais da educação básica.

Para isso, não se reivindica aqui a imposição da busca da “inovação”, nem de autonomia absoluta da ciência e da universidade. A questão central da *avaliação qualitativa* da qualidade (que somente se torna possível quando se têm avanços quantitativos) consiste em definir as finalidades sociais e científicas da pesquisa, em relação com o lugar social que nós, pesquisadores, ocupamos (ou deveríamos ocupar) em um ramo da atividade humana — a pesquisa científica sobre alfabetização —, que depende inexoravelmente daquele que alfabetiza, do espaço onde se dão as relações de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita e sobre o qual queremos pensar, na condição de docentes-pesquisadores na universidade.

É urgente a definição conjunta, entre os que pensam e fazem a alfabetização, de ações para promover o debate sistemático em torno da avaliação (diagnóstica e propositiva) que propicie necessários avanços qualitativos. E, dentre as ações prioritárias, têm-se as seguintes: mapeamento e avaliação crítica, incluindo o “estado do conhecimento” que vem sendo conduzido pelo ABEC; formulação e proposição de novos problemas, temas e objetos de investigação; problematização das necessidades e finalidades da pesquisa nesse campo; discussão das relações desejadas entre produção acadêmica, agências financiadoras, políticas públicas e professores alfabetizadores; definição de outras formas, espaços e veículos de circulação e debate, incluindo professores alfabetizadores, dos produtos e resultados da produção acadêmica sobre o tema; discussão e elaboração de (outros) critérios e indicadores para *avaliação qualitativa* de seu impacto científico e social²².

É no diálogo polifônico (não complacente, nem autoritário) que podemos pensar: quais objetos, temas e problemas podemos e devemos formular, porque fazem falta e dizem respeito a necessidades científicas e sociais, que ainda não foram estudados, mas precisam ser; e, articuladamente, quais as possibilidades, necessidades e finalidades da pesquisa brasileira sobre alfabetização. Formular problemas (de fato) de investigação exige coragem e ousadia. Acolher a avaliação como tema de debate entre pares, visando ao interesse coletivo, também. Exigem pensar o lugar de produção de conhecimento como lugar de desconforto e tensão, que nos desobrigue de fazer o já feito, somente para garantir “aprovação”. Respostas adequadas dependem de perguntas fecundas (não retóricas, nem demagógicas), como as que estão na base das considerações apresentadas neste texto. Perguntas que nos façam pensar em outras

²² A ABAIf – Associação Brasileira de Alfabetização – assim como o I CONBAIf – Congresso Brasileiro de Alfabetização, representam esforços de pesquisadores e alfabetizadores para assumir, como necessidade e possibilidade históricas, o desafio de pensar nos problemas que aprendemos a formular e em outros, cuja formulação ainda não ousamos.

possibilidades de pontos de vista e em outras lógicas que até então possam nos ter parecido incompreensíveis. Perguntas que movam pesquisas acadêmicas, práticas pedagógicas e políticas públicas. Perguntas onde caibam a diferença e um “novo início”.

Inevitavelmente provocativas e inconclusas, as reflexões apresentadas neste texto representam um esforço inicial de formulação de um ponto de vista sobre a questão, compartilhado provavelmente por muitos pesquisadores e formulado como avaliação crítica interna ao campo da alfabetização. Não pretendem, pois, esgotar as possibilidades de perguntas e de reflexão sobre os aspectos diretamente enfocados e muitos outros que foram aqui somente mencionados ou indiretamente sugeridos como temas de futuras pesquisas acadêmicas, tais como: os pareceres a artigos e livros sobre alfabetização; autores, instituição, temas, abordagens, fundamentação teórica e abordagens metodológicas das publicações sobre o tema em diferentes meios e suportes; análise das políticas públicas sobre alfabetização... Apesar das dificuldades, tem-se aqui um convite.

Se acolhermos a possibilidade de ousar desejar e pensar, talvez os principais desafios que nós, pesquisadores sobre alfabetização, temos pela frente, neste século XXI, estejam relacionados com a necessidade ética e política de enfrentamento de consensos. É essa a função e o dever do ofício especialmente dos pesquisadores vinculados a universidades públicas.

Em outras palavras, do ponto de vista político e social o compromisso científico [que temos, como] pesquisadores não é o da adesão, como propositores, definidores, executores ou avaliadores do consenso, que buscam formas de ‘melhorar’ a realidade social. O compromisso científico demanda centralmente formular problemas teóricos como forma de compreender e explicar a realidade e com a necessária coragem de propor outros pontos de vista para transformação social, mesmo que discordantes do consenso sobre as aparentes obviedades, geradas pela ‘verdade científica inquestionável’, que, simultaneamente, gera e retroalimenta constantemente demandas imediatistas e soluções predeterminadas, com o objetivo de [simplesmente] eliminar os obstáculos à ‘melhoria’ desejada. (MORTATTI, 2013, p. 22).

Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. G. A. Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BRASIL. CAPES. *Ações da Capes para a formação e a valorização dos professores da educação básica do Brasil*. Políticas Capes. Brasília: INEP/RBPG, Brasília, v. 9, n. 16, p. 181 - 209, abril de 2012.
- BRECHT, B. Aos que vão nascer. In: _____. *Poemas: 1913-1956*. Sel. e trad. Paulo C. Souza. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 214-216.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- HOBBSAWM, E. Introdução – Inventando tradições. In: HOBBSAWM, E.; RANGER Terence. *A invenção das tradições*. Trad. C. Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 1-14.

- LIMA, G. M. R.; WOOD JR, T. *Estudo do impacto social da produção das linhas de pesquisa e dos centros de estudo da FGV-EAESP*. Disponível em: [http://www.academia.edu/2246920/ESTUDO DO IMPACTO SOCIAL DA PRODUCAO DAS LINHAS DE PESQUISA E DOS CENTROS DE ESTUDO DA FGV-EAESP Fichamento da Literatura](http://www.academia.edu/2246920/ESTUDO_DO_IMPACTO_SOCIAL_DA_PRODUCAO_DAS_LINHAS_DE_PESQUISA_E_DOS_CENTROS_DE_ESTUDO_DA_FGV-EAESP_Fichamento_da_Literatura). Acesso em: 15 nov. 2013.
- MACIEL, F. I. P.. Alfabetização: pesquisas, dados, análise. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?* São Paulo: Ed. UNESP; Marília: Oficina Universitária, 2014.
- MAGNANI, M. R. M. *Em sobressaltos: formação de professora*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1003.
- MAGNANI, M. R. M. *Os sentidos da alfabetização: a questão dos métodos e a constituição de um objeto de estudo* (São Paulo - 1876/1994). Tese (Livre-docência em Metodologia da Alfabetização) - Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 1997.
- MCNUTT, M. *Ciência brasileira tem de ser mais ousada, diz editora-chefe da Science*. 2013. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/18309>. Acesso em: 03 dez. 2013.
- MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2000.
- MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Rev. Bras. Educ.* [online], vol.15, n.44, p. 329-341, 2010.
- MORTATTI, M. R. L. *Bibliografia brasileira sobre história do ensino de língua e literatura no Brasil - 2003-2011* (CNPq). Marília: UNESP-Marília, 2012. (digitado).
- MORTATTI, M. R. L. Um balanço crítico da "Década da Alfabetização" no Brasil. *Cad. CEDES* [online]., vol.33, n.89, p. 15-34, 2013.
- MORTATTI, M. R. L. (Org.). *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Marília: Oficina Universitária, 2011.
- MORTATTI, M. R. L.; OLIVEIRA, F. R.; PASQUIM, F. R.. Meio século de produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avanços, contradições e desafios. *Interfaces*, UEMS, p. 6 - 31, 2014.
- MORTATTI, M. R. L. Produção acadêmica sobre alfabetização: avaliação da qualidade e impacto científico e social. In: MORTATTI, M. R. L.; FRADE, I. C. A. (Orgs.) *Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014. (Auxílio financeiro FAPESP e ABAIf).
- MORTATTI, M. R. L. Notas sobre formação de pesquisadores e produção acadêmica brasileira (sobre alfabetização). In: ASSOLINI, F. E. P.; PIMENTA, L. A; CARRARI, C.. *(Entre)laçamentos discursivos: teoria e prática pedagógicas*. Curitiba; CRV, 2018. p. 15-28.
- SCHEKMAN, R. *How journals like Nature, Cell and Science are damaging science*. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/dec/09/how-journals-nature-science-cell-damage-science>. Acesso em: 30 dez. 2013.
- SAN FRANCISCO. Declaration on Research Assessment (DORA). Dez. 2012. Disponível em: <http://am.ascb.org/dora/>. Acesso em: 15 nov. 2013.

SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE. Disponível em:
<http://www.scielo.org/php/index.php>. Acesso em: 15 nov. 2013.

SciELO em perspectiva. 2013. Disponível em:
<https://blog.scielo.org/blog/2013/07/16/declaracao-recomenda-eliminar-o-uso-do-fator-de-impacto-na-avaliacao-de-pesquisa/#.WuMnJojwY2x>. Acesso em: 05 Maio 2014.

SGUISSARDI, V. Produtivismo acadêmico. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Orgs.). *Dicionário de trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte; Faculdade de Educação/UFMG, 2010. CD ROM. Disponível em <http://www.gestrado.net.br/pdf/336.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

SOARES, M. As muitas facetas da alfabetização. *Cadernos de Pesquisa*. n. 52, p. 19-24, 1985.

SOARES, M. *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*. Brasília: MEC/INEP/REDUC, 1989.

SOARES, M. Pesquisa em Educação no Brasil – continuidades e mudanças. Um caso exemplar: a pesquisa sobre alfabetização. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 393-417, jul./dez. 2006.

SOARES, M. B.; MACIEL, F. *Alfabetização*. Brasília-DF: MEC/INEP/COMPED., 2000. (Série Estado do Conhecimento nº. 1). Disponível em: <http://www.mec.inep.gov.br>, 2000. Acesso em: 15 nov. 2013.

THIEL, V. *Entrevista*. Disponível em: http://laboratorio.folha.blog.uol.com.br/arch2011-10-16_2011-10-22.html. Acesso em: 18 out. 2013.

* Professora Titular – Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília. Presidente Emérita da ABAIf – Associação Brasileira de Alfabetização. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “História da educação e do ensino de língua e literatura no Brasil”. E-mail: mrosario@marilia.unesp.br.

Recebido em 10/04/2018

Aprovado em 10/05/2018